



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

### Nona reunião ordinária do Colegiado do Câmpus Jaraguá do Sul

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às catorze horas e cinco minutos, na sala de reuniões, do bloco AA, reuniram-se os membros do Colegiado do IFSC – Câmpus Jaraguá do Sul – Centro 2016-2018, para a nona reunião ordinária: \* Jaison Vieira da Maia – Presidente do Colegiado do Câmpus, \* Catia Regina Barp Machado – Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão, \* Rejane Maria Silva Graciosa – Chefe do Departamento de Administração \* os representantes dos servidores docentes: Gustavo da Silva Kern, Luiz Fernando Macedo Morescki Junior e Talita Cardoso Borges, \* os representantes dos servidores Técnicos Administrativos: Laurinda Ines de Souza Moraes, Valli Regina Antonius Eissler e Joarcir Melo da Silva \* os representantes discentes: Sophia Cardoso e Rodrigo Dionissa, \* o representante da Sociedade Civil: Théo Francisco Von Atzingen Sasse. A pauta da reunião foi enviada por e-mail no dia 13 de outubro de 2016 a todos os membros do colegiado e servidores. De acordo com a pauta final encaminhada a todos os membros por e-mail no dia 18/10/2016, o presidente do Colegiado do Câmpus, Jaison Vieira da Maia, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. De acordo com a pauta final, foram tratados os seguintes assuntos: “I – **EXPEDIENTE**”: \* **Informes**: o Presidente relatou o início da obra de cobertura que liga a guarita ao bloco F, informou ainda o término da obra de cobertura do bloco AA e a licitação para o cabeamento elétrico. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia iniciou as atividades dia 18/10 e se estenderá até dia 20/10, com oficinas e palestras, Campanha de Ingresso 2017/1, informou que as inscrições estão abertas até dia 03/11 e realizou um breve relato sobre os assuntos tratados na reunião do CODIR: Informes, Criação grupo de trabalho para propor a forma de divulgação dos horários dos docentes, Apreciação de movimentação de servidores para que haja 2ª chamada, Análise sobre a vinculação da CGP na Direção-Geral ou ao Chefe de Administração, Recurso no IFSC REDE 2016, Apresentação dos dados preliminares da POCV. “II – **ORDEM DO DIA**”: \* **Apreciação da Minuta de Regulamento Visitas Técnicas e Viagem de Estudos (Anexo 1)**: o Presidente apresentou a minuta do Regulamento, solicitando as ponderações que foram analisadas pelos membros do colegiado, o presidente, colocou algumas ponderações conforme descrito: Art. 5º: Professor/proponente ou Relações Externas que entraria em contato com a empresa? Inicialmente entendeu-se que o contato oficial deve ser a coordenadoria de Relações Externas, mas a servidora Catia colocou que o grupo de trabalho discutiu que há uma maior facilidade de contato com o docente responsável pela viagem. O servidor Luiz Fernando colocou que no curso de Química há uma pessoa responsável em articular as viagens do curso, sugerindo que em outros cursos também utilizasse essa prática, mas percebeu-se que esse formato não atende alguns cursos. Ao final das ponderações, chegou-se à conclusão que o texto vai ficar de acordo com o que consta na minuta. A servidora Rejane solicitou o retorno para o art. 4º salientando que o agendamento para visitas dentro de Jaraguá e proximidades, caso o número de alunos seja superior ao limite do ônibus, podem ser realizadas duas viagens com o ônibus, a fim de evitarmos a utilização de outros veículos oficiais para levar mais alunos para o mesmo

Av. Getúlio Vargas, 830 - Centro  
89251-100 - Jaraguá do Sul/SC  
Fone: (47) 3276-8700  
www.jaragua.ifsc.edu.br





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

local, ficando assim, os demais carros oficiais disponíveis para outros servidores que necessitem. Encaminhamento: Será acrescentado na minuta. A servidora Talita colocou a dificuldade de agendamento do motorista para o ônibus, quando o motorista já está agendado para algum carro oficial. O entendimento é que em caso de utilização do ônibus, será conversado com quem solicitou a reserva dos carros oficiais e o motorista será alocado para atender a solicitação para o ônibus. Art. 6º substituir o pedido através de memorando para envio de e-mail, Art. 7º alteração do termo adolescente para menor de idade. Art. 13º a servidora Laurinda colocou que a indicação de valores em um regulamento o deixa bastante amarrado, uma vez que com o contingenciamento de recursos poderá não haver saldo para uma determinada viagem que, por exemplo, poderá ser realizada no final do ano. Analisando os artigos seguintes observou-se que há um artigo vinculando o pagamento à disponibilidade de recurso. Art. 17º analisou-se que o prazo da entrega do formulário para recebimento do recurso de 45 dias, é um prazo, bastante extenso, considerando que em alguns casos as viagens acabam sendo marcadas com um prazo inferior a 30 dias, então sugeriu-se que o prazo seja alterado para 30 dias. No entanto, após algumas considerações do conselheiro Joarcir, finalizou-se a discussão mantendo o prazo de 45 dias. E por fim, solicitou-se a inserção de um artigo indicando a obrigatoriedade de um servidor no acompanhamento dos discentes, uma vez que o motorista não pode se responsabilizar pelos discentes. Encaminhamento: Realizar as alterações propostas e encaminhar novamente ao Colegiado. \* **Análise do pedido de Alteração de Regime de Trabalho das servidoras Kênia Mara Gaedtker e Ana Cecília da Gama Torres de 40h para 40h DE:** o presidente explanou os regimes de trabalho docente e a alteração para Dedicação Exclusiva (DE). Em seguida apresentou a documentação relacionada a solicitação de mudança de regime de 40h para 40h DE da servidora Kênia, porém, conforme o artigo 10º da resolução 12/2016/CDP "Na hipótese de concessão de afastamento sem prejuízo de vencimentos, as solicitações de alteração de regime só serão autorizadas após o decurso de prazo igual ao do afastamento concedido", ou seja, como a servidora realizou um afastamento de 6 meses, que se entendeu enquadrar no art. 10º, e assim, ela deveria trabalhar o mesmo prazo antes de solicitar qualquer alteração de regime de trabalho. O servidor Luiz Fernando questionou se podemos realizar a aprovação e a mesma se concretizará logo após a aprovação ou será aguardada até a finalização do prazo que a servidora ainda deverá cumprir. O presidente entendeu que deveria aguardar o cumprimento do prazo da resolução. O membro da sociedade civil Théo colocou que, como a data de alteração da resolução foi feita depois de iniciado o afastamento da servidora poderão ocorrer alguns questionamentos. A conselheira Rejane esclareceu que a resolução foi alterada em 01/09/16, mas essa alteração foi baseada em uma lei já existente desde 2012, a Lei nº 12772/12. Encaminhamento: Aprovado o pedido da alteração do Regime de trabalho, condicionado ao cumprimento do art. 10º da resolução 12/2016. O presidente apresentou a documentação da servidora Ana Cecília para o pedido de alteração do Regime de Trabalho de 40h para 40h DE, sendo que houve o entendimento de que a mesma cumpre todos os requisitos, e as justificativas apresentadas são de consonantes aos interesses





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

institucionais. Encaminhamento: Aprovado a alteração de regime. \* **Apreciação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Libras Básico e Libras Intermediário (Anexo 2 e 3):** o presidente apresentou o contexto em que aqueles PPCs foram refeitos, indicando que essa foi uma demanda desse próprio colegiado, quando em aprovação de oferta de tais cursos no início do ano, os membros julgaram os PPCs desatualizados. A servidora Catia colocou que como há tempo hábil, já que a oferta desses cursos FICs estão previstas para que sejam a partir de 2017, os PPC's podem retornar para análise da Coordenadoria Pedagógica e da docente Kelly Machado Pinho Alflen e da servidora Cristiane Albano, que atendem a área de Libras no câmpus. Encaminhamento: Os PPC's retornam a docente para possíveis considerações e encaminhamento à Coordenadoria Pedagógica e as servidoras mencionadas que também atendem a área de Libras no câmpus, retornando para a próxima reunião desse colegiado que acontecerá em novembro do ano corrente. \* **Apresentação da Carta encaminhada pela Biblioteca ao Colegiado do Câmpus (Anexo 4):** o presidente informou que foi a servidora Valli que solicitou esse ponto de pauta. A carta foi lida pela servidora Talita, membro desse colegiado. Entre as questões levantadas na carta, houve um questionamento quanto a competência do colegiado sobre a movimentação dos servidores no câmpus. A servidora Rejane colocou que conforme regulamento, é competência do Colegiado do Câmpus a movimentação dos servidores. A servidora Valli colocou que, caso o colegiado precise opinar sobre essa questão, precisa basear suas decisões no conhecimento de como os setores envolvidos funcionam, quais suas necessidades e as funções de cada servidor. Sugeriu que, conforme foi citado na carta da Biblioteca em relação ao professor Ederson, seja feito um levantamento das atividades que são desenvolvidas em todos os setores. Mas insistiu que esse levantamento seja feito de forma coletiva, podendo-se aproveitar, por exemplo, as reuniões que já estão programadas para serem feitas com todos os setores do ensino, sob a coordenação da Diretoria de Ensino. O presidente colocou que apenas um levantamento interno não traria um resultado significativo, uma vez que todos tem justificativas de atividades para todos os servidores alocados em suas coordenadorias, sendo que temos que utilizar como parâmetro o nosso câmpus com relação a outros. Encaminhamento: a partir de fevereiro do próximo ano serão feitos esses levantamentos, interno e externo, de forma coletiva, durante as participações nas reuniões dos setores da Diretoria de Ensino. O servidor Joarcir questionou, baseado numa questão mencionada na carta, se poderá haver a troca do valor destinado para um projeto não executado para outra ação da mesma coordenadoria ou se seguirá a ordem da planilha do PAT. Entendeu-se que seguirá a ordem da planilha do PAT para as próximas solicitações que se seguirão. \* **Apreciação do Calendário Letivo 2017, com as inclusões das datas de formatura:** o presidente apresentou o calendário letivo 2017 aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino – PROEN onde solicitou-se a inclusão das datas das formaturas, assim sendo foi apresentado as possíveis datas para as formaturas: Formatura 2016/2 - graduação: 17/02/2017 e técnicos: 10/03/2017, Formatura 2017/1 – graduação: 04/08/2017 e técnicos: 11/08/2017 e Formatura 2017/2 – graduação: 08/12/2017 e técnicos:

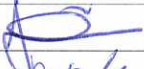
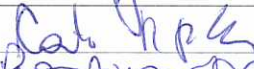



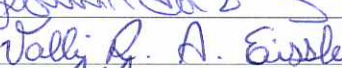
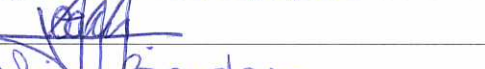
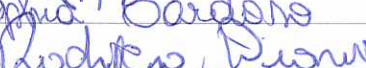




Av. Getúlio Vargas, 830 - Centro  
89251-100 - Jaraguá do Sul/SC  
Fone: (47) 3276-8700  
www.jaragua.ifsc.edu.br



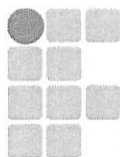
INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

15/12/2017. Encaminhamento: As datas das formaturas relativas ao semestre 2017/2 ficarão para o calendário letivo de 2018, e as datas das formaturas de 2016/2 e 2017/1 foram aprovadas. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h06min pelo presidente Jaison Vieira da Maia, e eu, Vanessa Dal-Ri Gaia lavrei a presente ata que será lida e assinada pelos membros do Colegiado presentes.

Nome	Assinatura
Jaison Vieira da Maia	
Catia Regina Barp Machado	
Rejane Maria Silva Graciosa	
Talita Cardoso Borges	
Gustavo da Silva Kern	
Luiz Fernando Macedo Morescki Jr.	
Laurinda Inês Souza de Moraes	
Valli Regina Antonius Eissler	
Joacir Melo da Silva	
Sophia Cardoso	
Rodrigo Dionissa	
Théo Francisco Von Atzingen Sasse	





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 1



**REGULAMENTO DE VISITA TÉCNICA E VIAGEM DE ESTUDO DO  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL  
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CAPÍTULO I**

**DO OBJETIVO E DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º A presente normativa tem como objetivo regulamentar os procedimentos para Visitas Técnicas (VT) e Viagens de Estudos (VE) realizadas nos cursos do Câmpus Jaraguá do Sul do IFSC.

Art. 2º As Visitas Técnicas (VT) e as Viagens de Estudo (VE) constituem-se em estratégias de ensino caracterizadas pelo contato direto de estudantes e servidores com o local visitado, objetivando o desenvolvimento e/ou complementação didático-pedagógica de unidades curriculares dos cursos ofertados pelo câmpus.

**CAPÍTULO II**

**DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 3º A proposição da VT/VE é de responsabilidade do(s) professor(es) da(s) unidade(s) curricular(es) envolvida(s) e, preferencialmente, deve constar no(s) respectivo(s) plano(s) de ensino e ter relação com o conteúdo do curso.

Art. 4º Antes de iniciar os procedimentos para a realização da VT/VE, o proponente deverá verificar a disponibilidade de motorista e de veículo e efetuar a reserva no setor responsável, no caso de micro-ônibus, ou no sistema de reservas de veículos, no caso de carros oficiais. Caso a VT/VE não ocorra, é de responsabilidade do proponente o cancelamento do agendamento.

Art. 5º Caberá ao professor responsável/proponente da VT/VE entrar em contato com a empresa/instituição para agendar datas e horários da visita.

Art. 6º O proponente deverá comunicar a VT/VE à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) por meio de memorando eletrônico autenticado pelo coordenador do curso e com cópia para a Coordenadoria Pedagógica (ANEXO I).

Art. 7º Após ciência dos gestores anteriormente citados, o responsável deverá providenciar:

I – Duas vias da Relação de Passageiros (ANEXO II), deixando uma via no setor responsável pelo transporte, com no mínimo 72 horas de antecedência da VT/VE, e levando a outra na viagem.

II – Solicitação de diária(s) para a chefia imediata, em formulário específico, quando a viagem acontecer fora dos limites da microrregião estabelecida (conforme o IBGE, fazem parte da mesma microrregião de Jaraguá do Sul os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Schroeder), com antecedência mínima de 15 dias;

III – Termo de Responsabilidade Discente para Visitas Técnicas e Viagens de Estudo (ANEXO III)



devidamente assinado por todos os estudantes, devendo ainda encaminhar cópia à coordenadoria do curso;

IV – Termo de Autorização dos Pais em caso de VT/VE com estudantes adolescentes (ANEXO IV);

V – Declaração de participação da VT/VE para os estudantes que necessitarem (ANEXO V). A declaração deverá ser assinada pelo professor/proponente e pelo coordenador do curso ou coordenador de Extensão e Relações Externas;

VI – Opcionalmente, carta de agradecimento à instituição visitada, assinada pelo diretor-geral ou pelo coordenador de Extensão e Relações Externas (ANEXO VI).

Parágrafo Único – O docente deverá informar aos estudantes sobre a possibilidade de acesso à ajuda de custo por meio da Assistência Estudantil do câmpus e encaminhá-los à Coordenadoria Pedagógica.

Art. 8º Após a realização da VT/VE, o(s) responsável(is) deverá(ão):

I – Entregar Relatório de Viagem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) do câmpus, caso tenha recebido diária, no prazo máximo de cinco (5) dias após o retorno da viagem;

II – Informar à Coordenadoria Pedagógica o nome do(s) estudantes que não compareceram à VT/VE;

III – Opcionalmente, preencher e entregar o relatório de Ação de Extensão à Coordenadoria de Extensão e Relações Externas, cujo modelo está disponível na Intranet do IFSC;

IV – Opcionalmente, caso haja registro fotográfico, comunicar a realização da VT/VE ao setor de jornalismo do câmpus, encaminhando as imagens e as informações necessárias para a respectiva divulgação nos canais institucionais.

Art. 9º Caso uma VT/VE previamente confirmada não venha a ocorrer por algum motivo, caberá ao proponente informar imediatamente o cancelamento ou solicitar o adiamento aos setores envolvidos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO ORÇAMENTO**

Art. 10º As VT/VE serão atendidas no limite dos recursos alocados para este fim no orçamento do câmpus e se cumpridas as prescrições deste Regulamento.

Art. 11º As VT/VE serão realizadas, preferencialmente, em veículos oficiais da instituição. Havendo necessidade, conforme previsão legal, poderá ser utilizado o fretamento de veículos.

Art. 12º Em caso de indisponibilidade de recursos, a VT/VE solicitada poderá ser realizadas desde que os estudantes participantes sejam provedores, total ou parcialmente, das despesas relacionadas à viagem.

### **CAPÍTULO IV**



## DA AJUDA DE CUSTO AOS DISCENTES

Art. 13º Os recursos financeiros destinados à ajuda de custo de discentes para VT/VE provêm da rubrica “Assistência ao Estudante” do orçamento do câmpus.

Art. 14º Como ajuda de custo, quando necessário, poderá ser destinado recursos para pagar as despesas nos seguintes itens e tetos máximos:

I – alimentação: R\$ 15,00 por refeição (café da manhã quando não incluso no pernoite, almoço e jantar);

II – hospedagem: R\$ 70,00 por pernoite;

III – entradas em atrativos/eventos/exposições e atividades do gênero: até 50,00 de acordo com o valor da entrada e da disponibilidade orçamentária;

Parágrafo Único: Os valores relacionados nos incisos I e II poderão ser reajustados, conforme necessidade.

Art. 15º O estudante terá direito a ajuda de custo para as refeições compreendidas durante o período da VT/VE, obedecendo aos seguintes pré-requisitos:

I – Café da manhã:

- a) Na data da partida, quando esta ocorrer antes de 6h e não for oferecido café da manhã no local;
- b) Quando a visita for superior a um dia e não for concedido ajuda de custo para pernoite, o valor para o café da manhã poderá ser solicitado para todos os dias programados.

II – Almoço:

- a) Na data da partida quando esta ocorrer antes das 11h;
- b) Durante os dias de permanência no local visitado;
- c) Durante o retorno da viagem, desde que a chegada seja após as 14h.

III – Jantar:

- a) Na data da partida quando esta ocorrer antes das 17h;
- b) Durante os dias de permanência no local visitado;
- c) Durante o retorno da viagem, quando esta ocorrer em mais de um dia e a chegada for após as 21h.

Parágrafo Único: Para visitas/viagens que terão saída e chegada no mesmo dia, poderá ser concedido o valor de uma refeição para visitas de meio-período e de duas refeições para visitas em período integral.

Art 16º Para solicitar a ajuda de custo o estudante deve ter o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS válido no momento da solicitação. Serão priorizados os estudantes com IVS válido e que não foram atendidos com recursos financeiros do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social – PAEVS. A avaliação da situação de vulnerabilidade social para a concessão da ajuda de custo será realizada pelo assistente social.

Art 17º Para garantia do recebimento da ajuda de custo antes do momento da VT/VE, o estudante deve entregar à Coordenadoria Pedagógica a Solicitação de Ajuda de Custo (ANEXO VII) com, no mínimo, 45 dias de antecedência da VT/VE. Entregas realizadas fora deste prazo poderão implicar o

recebimento da ajuda de custo após a realização da VT/VE.

Art 18º O repasse dos recursos aos estudantes será efetuado por meio de crédito em conta-corrente ou poupança, cujo titular deverá ser o discente, de acordo com a disponibilidade orçamentária do câmpus.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS RESPONSABILIDADES E DEVERES DISCENTES**

Art. 19º Durante a realização da VT/VE o discente deverá respeitar as normas estabelecidas no Regulamento Didático Pedagógico (RDP) do IFSC e Manual do Aluno do câmpus.

Art. 20º No intuito de garantir a efetividade e êxito da atividade, o discente assinará o Termo de Responsabilidade Discente para Visitas Técnicas (ANEXO III).

Art. 21º O discente não poderá se separar do grupo durante a visita técnica a fim de realizar atividades particulares.

Art. 22º Os horários estipulados de início e término das atividades deverão ser respeitados com rigor, inclusive os horários de saída e retorno do meio de transporte.

I – No horário de saída e retorno do ônibus todos deverão estar no local com antecedência mínima de 30 minutos para procedimentos de embarque.

II – Os estudantes que não estiverem no local, na data e horários previamente combinados, estarão sujeitos à perda do transporte, ficando sob sua responsabilidade o custo do deslocamento para reencontrar o grupo.

III – Os estudantes adolescentes deverão realizar o embarque e desembarque exclusivamente no Câmpus Jaraguá do Sul e não haverá embarques/desembarques intermediários.

IV – Durante a VT/VE o estudante deverá comparecer a todas as atividades no horário pré-determinado, salvo por motivo de doença ou força maior que deverá ser comunicado de imediato ao(s) responsável(is) pela atividade.

Art. 23º Aos estudantes é terminantemente proibido transportar e/ou consumir substâncias psicoativas durante todo o período da VT/VE.

Art. 24º O recurso recebido pelo estudante deverá ser utilizado exclusivamente para as despesas prevista no programa da VT/VE.

Art. 25º O estudante que receber ajuda de custo e não realizar a VT/VE deverá providenciar em até 5 dias úteis a devolução do valor recebido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Parágrafo único: A não devolução implicará a impossibilidade de percepção de ajuda de custo em futura VT/VE.

Art. 26º O estudante será responsável por qualquer despesa extra, reposição ou pagamento de qualquer objeto quebrado, danificado, ou desaparecido do ônibus, meio de hospedagem ou local visitado.



Art. 27º O estudante que desrespeitar o período de descanso noturno, poderá ser responsabilizado pelas consequências de seus atos.

Art. 28º O estudante que descumprir total ou parcial as regras acima enunciadas fica passível das penalidades previstas no Manual do Aluno do Câmpus Jaraguá do Sul.

## **CAPÍTULO VI**

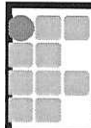
### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 29º Os veículos oficiais ou fretados pela instituição e utilizados nas VT/VE são de uso exclusivo de servidores e estudantes envolvidos na atividade, não sendo permitido a presença de pessoas não vinculadas à instituição.

Art. 30º O itinerário da VT/VE deverá ser realizado conforme planejado, ficando proibida sua alteração, excetuando os casos emergenciais que podem vir a ocorrer durante o percurso.

Art. 31º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e/ou pelo Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul do IFSC.

**ANEXO I**  
**Sugestão de Solicitação/Comunicação de VT/VE**



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL

**SOLICITAÇÃO DE VISITA TÉCNICA/ VIAGEM DE ESTUDOS**

Data solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Professor (a) solicitante: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Unidade Curricular: \_\_\_\_\_

Turno: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

Destino(s): \_\_\_\_\_

Empresa(s)/Instituição(ões): \_\_\_\_\_

Data da Visita/Viagem (sugestão): Saída: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Retorno: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato (se houver): \_\_\_\_\_

Número total de alunos: \_\_\_\_\_ (Matutino: \_\_\_\_\_ Vespertino: \_\_\_\_\_ Noturno: \_\_\_\_\_)

Ônibus: ( ) Sim ( ) Não Motorista: ( ) Sim ( ) Não

Horário de Saída do Ônibus: \_\_\_\_\_ Horário de Retorno do Ônibus: \_\_\_\_\_

Objetivo da visita:

---

---

---

---

---

\_\_\_\_\_  
**Responsável pela Visita/Viagem**



**ANEXO II**  
**Relação de Passageiros**



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL

Jaraguá do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**RELAÇÃO DE PASSAGEIROS**

Viagem com Ônibus MFC-1384

Data Saída do IFSC Jaraguá: \_\_/\_\_/20\_\_. Hora de Saída IFSC Jaraguá: \_\_\_\_:\_\_\_\_.

Data de Saída do EVENTO para IFSC Jaraguá: \_\_/\_\_/20\_\_. Hora de Saída do Evento: \_\_\_\_:\_\_\_\_.

Local da viagem ( End. Completo): \_\_\_\_\_

Professor/Servidor, responsável pela viagem \_\_\_\_\_.

	Nome do Passageiro	RG / CPF	Telefone contato (p/ urgência)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			

19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			

Total de passageiros \_\_\_\_\_.


\_\_\_\_\_  
Responsável pela Viagem

\_\_\_\_\_  
Fiscal de Frota

\_\_\_\_\_  
Assinatura Motorista



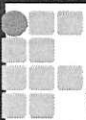
**ANEXO III**  
**Termo de Responsabilidade Discente**


 <b>INSTITUTO FEDERAL</b> <small>SANTA CATARINA</small>	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL
<b>TERMO DE RESPONSABILIDADE DISCENTE PARA VISITAS TÉCNICAS E VIAGENS DE ESTUDOS</b>	
<p>A presente Visita Técnica (VT)/ Viagem de Estudos (VE) tem como objetivo principal o desenvolvimento/complementação didático-pedagógico da Unidade Curricular ..... do curso ....., do Câmpus Jaraguá do Sul No intuito de garantir a efetividade e êxito da atividade, o discente deverá ter ciência das seguintes regras:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Durante a realização da VT/VE o discente deverá respeitar as normas estabelecidas no Regulamento Didático Pedagógico (RDP) do IFSC e no Manual do Aluno do Câmpus Jaraguá do Sul.</li><li>2. O discente não poderá se separar do grupo durante a VT/VE de estudos afim de realizar atividades particulares.</li><li>3. Os horários estipulados de início e término das atividades deverão ser respeitados com rigor, inclusive os horários de saída e retorno do meio de transporte.<ol style="list-style-type: none"><li>a) No horário de saída e retorno do ônibus todos deverão estar no local com antecedência mínima de 30 minutos para procedimentos de embarque;</li><li>b) Os estudantes que não estiverem no local, na data e horários previamente combinados, estarão sujeitos à perda do transporte, ficando sob sua responsabilidade o custo do deslocamento para reencontrar o grupo;</li><li>c) Durante a VT/VE o estudante deverá comparecer a todas as atividades no horário pré-determinado, salvo por motivo de doença ou força maior que deverá ser comunicado de imediato ao(s) professor(es) responsável(is).</li><li>d) Os estudantes adolescentes deverão realizar o embarque e desembarque exclusivamente no Câmpus Jaraguá do Sul e não haverá embarques/desembarques intermediários</li></ol></li><li>4. Aos estudantes é terminantemente proibido consumir e/ou transportar qualquer tipo de substâncias psicoativas durante todo o período da VT/VE</li><li>5. Caso o estudante receba algum tipo de ajuda de custo da instituição, esta deverá ser utilizada exclusivamente para as despesas prevista no programa da VT/VE.</li><li>6. O estudante que receber ajuda de custo e não realizar a VT/VE deverá providenciar em até 5 dias úteis a devolução do valor recebido por meio de GRU. A não devolução implicará na impossibilidade de percepção de ajuda de custo em futuras VT/VE, devendo o professor responsável pela VT informar a ausência do estudante ao setor competente.</li><li>7. O estudante será responsável por qualquer despesa extra, reposição ou pagamento de qualquer objeto quebrado, danificado, ou desaparecido do ônibus, meio de hospedagem ou local visitado.</li><li>8. O estudante que desrespeitar o período de descanso noturno, poderá ser responsabilizado pelas consequências de seus atos.</li><li>9. O estudante que descumprir total ou parcial as regras acima enunciadas fica passível das penalidades previstas no Manual do Aluno do Câmpus Jaraguá do Sul</li><li>10. Os veículos oficiais utilizados nas VT/VE são de uso exclusivo de servidores e estudantes envolvidos na atividade, não sendo permitido a presença de pessoas não vinculadas à Instituição (a citar: namorado(a), amigo(a), familiares etc.).</li></ol> <p>Declaro estar ciente das normas acima e me comprometo a respeitá-las integralmente.</p> <p style="text-align: right;">Jaraguá do Sul, .... de ..... de 20.....</p>	

	Nome do Estudante	Assinatura
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		



## Termo de Autorização dos Pais

 INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL
	<b>AUTORIZAÇÃO PARA VISITAS TÉCNICAS / VIAGEM DE ESTUDOS</b>
Jaraguá do Sul, ____/____/____.	
Eu, _____,	
RG nº _____, autorizo o (a) estudante, _____	
_____ da _____ fase/ módulo do curso _____ a	
participar da visita técnica/ viagem de estudos, a ser realizada em _____	
_____ acompanhado pelo	
Professor _____.	
Assinatura dos Pais ou Responsáveis Legais: _____	
Atenciosamente,	
Coordenadoria Pedagógica	

 INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL
	<b>AUTORIZAÇÃO PARA VISITAS TÉCNICAS / VIAGEM DE ESTUDOS</b>
Jaraguá do Sul, ____/____/____.	
Eu, _____,	
RG nº _____, autorizo o (a) estudante, _____	
_____ da _____ fase/ módulo do curso _____ a	
participar da visita técnica/ viagem de estudos, a ser realizada em _____	
_____ acompanhado pelo	
Professor _____.	
Assinatura dos Pais ou Responsáveis Legais: _____	
Atenciosamente,	
Coordenadoria Pedagógica	

**ANEXO V**  
**Declaração de Participação em VT/VE**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL

**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM VISITA TÉCNICA E/OU VIAGEM DE ESTUDOS**

Declaramos para os devidos fins que o(a) estudante \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (nome), CPF \_\_\_\_\_, matriculado(a) no curso  
\_\_\_\_\_ (técnico/superior) em \_\_\_\_\_ (nome do  
curso) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus  
Jaraguá do Sul \_\_\_\_\_ (participará/participou) da visita técnica/viagem de  
estudos intitulada \_\_\_\_\_.

Informações sobre a atividade:

Município de realização: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Início: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, a partir das \_\_\_\_\_.

Término: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, até as \_\_\_\_\_.

Professor(a) responsável: \_\_\_\_\_.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários por meio da  
Coordenadoria do Curso ou da Coordenadoria de Extensão e Relações Externas do Câmpus  
Jaraguá do Sul do IFSC.

Agradecemos, desde já, a compreensão com o(a) nosso(a) estudante.


Jaraguá do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Professor Responsável**

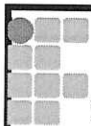
\_\_\_\_\_  
**Coord. do curso / Coord. de Ext. e Rel. Externas**  
**(com carimbo)**

## ANEXO VI

### Carta de Agradecimento

 INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL
<p style="text-align: right;">Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 20____.</p>	
<p>Ref.: Agradecimentos</p>	
<p>Prezad__ Sr (a). _____</p>	
<p>Agradecemos imensamente a atenção dispensada aos nossos estudantes durante a visita técnica realizada no dia ____/____/_____. Acreditamos que a interlocução com instituições e empresas como a _____ enriquece grandiosamente nossas atividades de sala de aula.</p>	
<p>Atitudes generosas como essa nos estimulam a continuar trabalhando para que a Educação Profissional, Científica e Tecnológica gratuita em Jaraguá do Sul e Região ganhe cada vez mais espaço e qualidade.</p>	
<p><b>Daniel Augustin Pereira</b> Coordenador de Extensão e Relações Externas Câmpus Jaraguá do Sul Instituto Federal de Santa Catarina (47) 3276-8700</p>	
<p><b>OU</b></p>	
<p><b>Jaison Vieira da Maia</b> Diretor-geral Câmpus Jaraguá do Sul Instituto Federal de Santa Catarina (47) 3276-8700</p>	

**ANEXO VII**  
**Solicitação de Ajuda de Custo**



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL

**SOLICITAÇÃO DE AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTE**

1 – Nome do Estudante: \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_ Fase/Módulo: \_\_\_\_\_ IVS: \_\_\_\_\_

2 – CPF: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta: \_\_\_\_\_

Ajuda de Custo solicitada: ( ) alimentação na quantidade de \_\_\_\_\_.

( ) hospedagem na quantidade de \_\_\_\_\_.

( ) entradas/ingressos no valor de \_\_\_\_\_.

3 – Descrição do Motivo da Viagem: \_\_\_\_\_

4 – Destino (Ida e Volta): \_\_\_\_\_

5 – Período: Saída \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ horário: \_\_\_\_\_

Retorno \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ horário: \_\_\_\_\_

6- Débito do recurso:

☐ Assistência ao Estudante

☐ Projeto \_\_\_\_\_

**TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente, comprometo-me a:

- a) Restituir em cinco dias contados a partir da data de retorno ao IF-SC, o valor recebido em excesso;
- b) Fazer a solicitação no prazo de 20 a 45 dias antes da viagem.
- c) Restituir a ajuda de custo não utilizada, por motivo de desistência, no prazo máximo de 48 horas a contar do dia marcado para o deslocamento inicial.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Estudante

De acordo:

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Responsável pela VT/VE

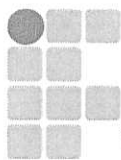
**Parecer do Assistente Social:** ( ) Deferido. Valor: \_\_\_\_\_

( ) Indeferido. Motivo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assistente Social Responsável





INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 2



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SANTA CATARINA

Formulário de Aprovação de Curso e Autorização da Oferta

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**  
**Formação Inicial e Continuada em Libras – nível Básico**

**Parte 1 (solicitante)**

**DADOS DO CAMPUS PROPONENTE**

**1. Campus:**

Jaraguá do Sul

**2. Endereço/CNPJ/Telefone do campus:**

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 830, bairro Centro

CEP: 89251-000

Jaraguá do Sul – SC

Telefone: (47) 3276-8700

Fax: (47) 3275-2185

CNPJ: 11.402.887/0005-94

**3. Complemento:**

Site: [www.jaragua.ifsc.edu.br](http://www.jaragua.ifsc.edu.br)

**4. Departamento:**

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

**5. Havendo parceria para oferta do curso, deve-se obedecer à seguinte sequência:**  
Não há parceria.

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DO CURSO**

**11 Nome do responsável pelo projeto:**

Veridiane Pinto Ribeiro

**12 Contatos:**

[veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br](mailto:veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br)

47-8480-8976

**Parte 2 (PPC – aprovação do curso)**

**DADOS DO CURSO**

**13 Nome do curso:**

Formação Inicial e Continuada em Libras – nível Básico

**14. Eixo tecnológico:**

Desenvolvimento Educacional e Social

**15. Modalidade:**

Presencial

**16 Carga horária total:**

180h

**PERFIL DO CURSO****17 Justificativa do curso:**

Em decorrência da sanção do Decreto 5626/2005 algumas instituições de ensino têm ofertado cursos de formação na área da educação de surdos no sentido de suprir o mercado com profissionais competentes para atuar na educação bilíngue para surdos. Além do curso de graduação em Letras-Libras Licenciatura e Bacharelado, também há uma forte demanda para cursos de Pós-Graduação e cursos Técnicos. Pessoas surdas e ouvintes, que não têm a oportunidade de ingressar nos cursos de graduação de Licenciatura e Bacharelado ou Pedagogia e Pedagogia Bilíngue, aguardam oportunidades para aperfeiçoarem seus conhecimentos na área de tradução e interpretação em Libras.

O Decreto 5626 que sanciona a Lei de Libras 10.436 de 2002, determina em seu capítulo V que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa ou cursos de nível médio de extensão, certificado por instituições vinculadas ao Ministério da Educação. Além disso, determina que nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais ouvintes, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior. Em seu parágrafo único, determina que as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Este profissional atuará: nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. Em 1º de setembro de 2010, foi sancionada a Lei de n. 12.319, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Esta normativa determina que o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Conforme esta Lei são atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

A Lei determina ainda que o intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial: pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

A partir da Lei de Acessibilidade 10.098/2000 e da legislação que garante os direitos ao uso da língua de sinais pelas pessoas surdas, a profissão de tradutor-intérprete tem encontrado significativa demanda em todos os segmentos sociais onde as pessoas surdas possam estar.

Os cursos ofertados para a formação deste profissional ainda não são suficientes para suprir toda a demanda existente em escolas públicas e privadas, bem como no comércio, em serviços públicos e em veículos de comunicação visual. Isto posto, é possível se constatar que a criação de cursos voltados para atender a esta demanda serão bem recebidos pela nossa comunidade.

As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

A legislação determina ainda que as instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Com base na legislação vigente e na demanda existente em concursos públicos Municipais, Estaduais e Federais, além de processos seletivos para contratação de tradutores-intérpretes de libras em nossa região entendemos pertinente a oferta de cursos Técnicos em Tradução e Interpretação de Libras para formação destes profissionais.

Diante da expressiva demanda, propomos a implantação do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras nos Níveis Básico, Intermediário e Avançado.

## **18 Objetivos do curso:**

Utilizar a Língua Brasileira de Sinais em nível básico, para comunicação com pessoas surdas usuárias de Libras em diversos contextos sociais.

## **PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

### **19. Competências gerais:**

Cabe ao técnico tradutor-intérprete de Libras, viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.



O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial: pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

## **20 Áreas de atuação do egresso:**

Este profissional atuará nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

Atuará nas instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## **ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**

### **21 Matriz curricular:**

Iniciação à Libras – 80h

Iniciação à Tradução e Interpretação de Libras – 100h

**22 Componentes curriculares:**

Unidade Curricular			
Iniciação à Libras			
Objetivos	Ementa	Abordagem e didática	Bibliografia
Utilizar a Língua Brasileira de Sinais em nível básico, para comunicação com pessoas surdas usuárias de Libras em diversos contextos sociais.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alfabeto manual e configurações de mãos;</li><li>• Números;</li><li>• Saudações;</li><li>• Peculiaridades na construção do discurso em línguas de sinais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apreciação e análise de vídeos em Libras;</li><li>• Estudo e análise de textos em Libras em relação ao Português;</li><li>• Prática de diálogos em duplas ou mais participantes;</li><li>• Simulações de situações comunicativas em Libras.</li></ul>	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: USP: 2012. 2v. ISBN 9788531413308 v.1. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino ; 14.) ISBN 9788579340017. VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. Mãos Sinais: aprenda sinais com eficiência e rapidez. Curitiba – PR, 2010. ISBN: 978-85-60683-17-8

**Unidade Curricular**

Iniciação à Tradução e Interpretação da Libras			
Objetivos	Ementa	Abordagem e didática	Bibliografia
<p>Utilizar a Língua Brasileira de Sinais em nível básico, para comunicação com desinibição corporal, com pessoas surdas usuárias de Libras em diversos contextos sociais.</p> <p>Aplicar técnicas básicas de tradução e interpretação de Libras para a Língua Portuguesa e da Língua Portuguesa para Libras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peculiaridades na construção do discurso em línguas de sinais.</li> <li>• Técnicas de tradução e interpretação da Libras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação e análise de vídeos em Libras;</li> <li>• Estudo e análise de textos em Libras em relação ao Português;</li> <li>• Prática de diálogos em duplas ou mais participantes;</li> <li>• Simulações de situações comunicativas em Libras.</li> </ul>	<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: USP: 2012. 2v. ISBN 9788531413308 v.1.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino ; 14.) ISBN 9788579340017.</p> <p>VELOSO, Éden; MAIA FILHO, Valdeci. Mãos Sinais: aprenda sinais com eficiência e rapidez. Curitiba – PR, 2010. ISBN: 978-85-60683-17-8</p>

## METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

### 24 Avaliação da aprendizagem:

A avaliação será diagnóstica, formativa e somatória. Por tratar-se do ensino de uma língua estrangeira, há que se considerar os conhecimentos dos alunos em sua primeira língua para a construção e relações de sentido. Não é um curso de vocabulário e sim de tradução, portanto, predomina-se o uso de textos para análise e tradução de sentidos e não de palavras. Esta tradução leva em conta diferentes contextos, relações culturais e linguísticas entre as duas línguas em contato: Português e Libras.

O instrumento de avaliação é de natureza prática. O ambiente de sala de aula torna-se

bilíngue, onde são provocadas reflexões sobre as relações de sentido entre as línguas em estudo.

Pelo fato do curso ter por objetivo formar profissionais aptos a atuar na tradução e interpretação de Libras em diferentes contextos, principalmente o escolar, propostas de atividades avaliadas de simulação de atuação voltadas para o grupo e para o professor serão constantes.

A observação da competência e proficiência nas atividades avaliadas de atuação são oportunidades para o professor identificar possíveis dificuldades de compreensão e ação no exercício da tradução e interpretação, traçando intervenções e mediações que possam sanar estas dificuldades.

Para a aprovação o aluno precisa ter:

- frequência mínima de 75% em cada unidade curricular;
- média igual ou superior a 6,0 (seis);
- atender aos termos do contrato didático.

Os termos do contrato didático são flexíveis e ficam disponíveis para reflexão e discussão de todo o grupo, com o objetivo de fazer do processo de ensino e aprendizagem um sistema democrático.

## **25 Metodologia:**

A contemporaneidade no ensino de línguas tem evidenciado a emergência em se pensar aquisição de primeira e segunda línguas de forma significativa e funcional. Ao ensinar língua de sinais como língua materna para pessoas surdas entende-se que esta aquisição deve ocorrer de forma natural, dialógica e comunicativa, construindo um sujeito pensante e crítico, que possa produzir sobre o conhecimento enquanto adquire sua primeira língua, tornando-se proficiente.

Para o ensino de língua de sinais como segunda língua para pessoas ouvintes, tem-se como premissa que este sujeito aprendente já traz consigo toda uma bagagem de conhecimento em sua primeira língua, a Língua Portuguesa que pode ser usada como subsídio para a aquisição e compreensão da segunda língua. Esta abordagem metodológica pode se dar na linguística contrastiva, em que o professor se vale de conhecimentos que o aluno já tem em sua primeira língua, apresentando contrastes entre a primeira e a segunda, promovendo uma melhor compreensão da construção fonética, fonológica, sintática, semântica e pragmática na língua alvo, tornando-se, pois proficiente conforme os objetivos traçados para um determinado curso ou disciplina.

Promovendo ambientes discursivos em sala de aula, o professor se vale de contextos familiares a convivência dos alunos para propor atividades dialógicas. Esta proposta alia os conhecimentos teóricos que os alunos já possuem sobre o funcionamento de sua própria língua com os conhecimentos ampliados pelo professor e os conhecimentos produzidos a partir das provocações mediadas.

## **ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO**

### **26 Instalações, ambientes físicos e equipamentos, necessários ao funcionamento do curso:**

O espaço para laboratório de tradução e interpretação é a própria sala de aula.

Atualmente, a biblioteca adquiriu um acervo bastante significativo de bibliografias na área da educação de surdos e da tradução e interpretação em Libras. Além de livros, ainda constam no acervo alguns DVDs.

### **27 Corpo docente e técnico-administrativo necessário para funcionamento do**



**curso:**

O curso será ministrado pela professora Veridiane Pinto Ribeiro. Esta professora é mestre e doutorando em Língua de Sinais e é efetiva com dedicação exclusiva nesta instituição.

**Parte 3 (autorização da oferta)****28 Justificativa para oferta neste Campus:**

Desde a década de 90, o Brasil vem defendendo a inclusão de Pessoas com Deficiência em todas as Escolas Públicas. Uma política de respeito aos direitos de todos ao acesso à educação que vem acompanhada de muitos desafios e enfrentamentos. Os esforços no sentido de suprir as adequações necessárias por conta da crescente demanda de alunos com deficiência tem levado à criação de diferentes fontes para a aquisição de materiais permanentes e de consumo, de ampliação e adequação arquitetônica, além da implantação de cursos de capacitação para formar em meio a comunidade do entorno escolar, profissionais que possam atender as necessidades educacionais e o bem estar dos alunos com deficiência.

Nossa comunidade apresenta um cenário plenamente inclusivista em escolas estaduais e municipais, porém ainda se fazem necessárias maiores oportunidades para preparar diferentes profissionais que possam atuar em diferentes áreas da educação inclusiva.

Este projeto visa contribuir neste processo oferecendo formação voltada para o atendimento às pessoas surdas. A Lei de Libras de 2002 e o Decreto 5626 de 2005 asseguram aos surdos o direito à presença de um Tradutor Intérprete de Libras como mediador entre Língua Portuguesa/Libras/Língua Portuguesa. Com base na legislação vigente a formação pode ser em nível médio ou superior.

Na região de Jaraguá do Sul não há cursos com este enfoque profissional, apenas cursos básicos que oferecem à comunidade um conhecimento superficial sobre a Libras. A graduação em Letras-Libras oferece poucas vagas na cidade de Joinville, levando em conta a grande demanda e é significativamente concorrido. Enquanto a formação de profissionais nesta área ocorre a passos lentos, os alunos surdos encontram-se nas escolas aguardando que providências sejam tomadas para que possam ter seus direitos linguísticos garantidos.

O IFSC – Campus Jaraguá do Sul, tem a possibilidade de contribuir neste momento com a oferta de um curso de nível médio que possa preparar profissionais Tradutores Intérpretes de Libras para atuar na Educação Básica ou em outros setores sociais onde as pessoas surdas possam necessitar de mediação comunicativa.

**29 Itinerário formativo no contexto da oferta/campus:**

A instituição, comprometida com o propósito de contribuir na qualidade da Educação Básica de nossa região, oferece o curso de Licenciatura em Física, único na região. O curso compõe em sua grade curricular a disciplina de Libras que tornou-se obrigatória nos cursos de Licenciatura desde de 2005. Desta forma, o curso de Libras Básico, Intermediário e Avançado vem somar às iniciativas que tendem a contribuir a educação de qualidade, acessível a todos..

**30 Frequência da oferta:**

Uma vez por ano.

**31. Periodicidade das aulas:**

Duas vezes por semana, três horas por dia.

**32 Local das aulas:**

As aulas serão ministradas em uma de nossas salas de aula.

**33 Turno de funcionamento, turmas e número de vagas:**

Semestre letivo	Turno	Turmas	Vagas	Total de vagas
2017/1 e 2	noturno	1	40	40

Obs.: Para o semestre letivo 2017/1 serão ofertadas turmas nos níveis Básico. A partir de 2018/1 será ofertado o curso de nível Intermediário.

**34 Público-alvo na cidade/região:**

O nosso público-alvo são servidores federais, estaduais e municipais tanto da área da educação quanto do setor administrativo, bem como pessoas da comunidade externa que tenham interesse em adquirir conhecimentos na área da tradução e interpretação da Libras ou tornar-se um profissional Tradutor-Intérprete.

**35 Pré-requisito de acesso ao curso:**

Para ingresso no curso de nível Básico o participante deve ter concluído o Ensino Médio.

**36 Forma de ingresso:**

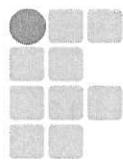
Por sorteio

**37 Caso a opção escolhida seja análise socioeconômico, deseja acrescentar alguma questão específica ao questionário socioeconômico?**

Não.

**38 Corpo docente que atuará no curso:**

Profa. MSc. Veridiane Pinto Ribeiro



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

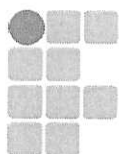
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 3



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE SANTA CATARINA

Formulário de Aprovação de Curso e Autorização da Oferta

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**  
**Formação Inicial e Continuada em Tradução e Interpretação de Libras em Nível Intermediário**

**Parte 1 (solicitante)**

**DADOS DO CAMPUS PROPONENTE**

**1. Campus:**

Jaraguá do Sul

**2. Endereço/CNPJ/Telefone do campus:**

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 830, bairro Centro

CEP: 89251-000

Jaraguá do Sul – SC

Telefone: (47) 3276-8700

Fax: (47) 3275-2185

CNPJ: 11.402.887/0005-94

**3. Complemento:**

Site: [www.jaragua.ifsc.edu.br](http://www.jaragua.ifsc.edu.br)

**4. Departamento:**

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

**5. Havendo parceria para oferta do curso, deve-se obedecer à seguinte sequência:**

Não há parceria.

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DO CURSO**

**11 Nome do responsável pelo projeto:**

Veridiane Pinto Ribeiro

**12 Contatos:**

[veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br](mailto:veridiane.ribeiro@ifsc.edu.br)

47-8480-8976



## **DADOS DO CURSO**

### **13 Nome do curso:**

Formação Inicial e Continuada em Tradução e Interpretação de Libras em Nível Intermediário

### **14. Eixo tecnológico:**

Desenvolvimento Educacional e Social

### **15. Modalidade:**

Presencial

### **16 Carga horária total:**

120h

## **PERFIL DO CURSO**

### **17 Justificativa do curso:**

Em decorrência da sanção do Decreto 5626/2005 algumas instituições de ensino têm ofertado cursos de formação na área da educação de surdos no sentido de suprir o mercado com profissionais competentes para atuar na educação bilíngue para surdos. Além do curso de graduação em Letras-Libras Licenciatura e Bacharelado, também há uma forte demanda para cursos de Pós-Graduação e cursos Técnicos. Pessoas surdas e ouvintes, que não têm a oportunidade de ingressar nos cursos de graduação de Licenciatura e Bacharelado ou Pedagogia e Pedagogia Bilíngue, aguardam oportunidades para aperfeiçoarem seus conhecimentos na área de tradução e interpretação em Libras.

O Decreto 5626 que sanciona a Lei de Libras 10.436 de 2002, determina em seu capítulo V que a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa ou cursos de nível médio de extensão, certificado por instituições vinculadas ao Ministério da Educação. Além disso, determina que nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais ouvintes, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior. Em seu parágrafo único, determina que as instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Este profissional atuará: nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. Em 1º de setembro de 2010, foi sancionada a Lei de n. 12.319, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Esta normativa determina que o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Conforme esta Lei são atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências: efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

A Lei determina ainda que o intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial: pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

A partir da Lei de Acessibilidade 10.098/2000 e da legislação que garante os direitos ao uso da língua de sinais pelas pessoas surdas, a profissão de tradutor-intérprete tem encontrado significativa demanda em todos os segmentos sociais onde as pessoas surdas possam estar.

Os cursos ofertados para a formação deste profissional ainda não são suficientes para suprir toda a demanda existente em escolas públicas e privadas, bem como no comércio, em serviços públicos e em veículos de comunicação visual. Isto posto, é possível se constatar que a criação de cursos voltados para atender a esta demanda serão bem recebidos pela nossa comunidade.

As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

A legislação determina ainda que as instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Com base na legislação vigente e na demanda existente em concursos públicos Municipais, Estaduais e Federais, além de processos seletivos para contratação de tradutores-intérpretes de libras em nossa região entendemos pertinente a oferta de cursos Técnicos em Tradução e Interpretação de Libras para formação destes profissionais.

Diante da expressiva demanda, propomos a implantação do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras nos Níveis Básico, Intermediário e Avançado.

## **18 Objetivos do curso:**

Possuir fluência em Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário, possibilitando a comunicação em Libras com pessoas surdas usuárias da Libras, em diversos contextos sociais, principalmente no contexto escolar.

## **PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO**

### **19. Competências gerais:**

Cabe ao técnico tradutor-intérprete de Libras, viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial: pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

### **20 Áreas de atuação do egresso:**

Este profissional atuará nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino; nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

Atuará nas instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## **ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO**

### **21 Matriz curricular:**

Tradução Libras-Português – 60h

Tradução Português-Libras – 60h

## 22 Componentes curriculares:

Unidade Curricular			
Tradução Libras-Português			
Objetivos	Ementa	Abordagem e didática	Bibliografia
Adquirir fluência em Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário, traduzindo e interpretando da Libras para o Português.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tradução e interpretação em diferentes tipos e gêneros textuais L/P;</li> <li>• A especificidade na expressão de tempos verbais;</li> <li>• Vocabulários e expressões específicos do contexto escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação e análise de vídeos em Libras;</li> <li>• Estudo e análise de textos em Libras em relação ao Português;</li> <li>• Prática de diálogos em duplas ou mais participantes;</li> <li>• Simulações de situações comunicativas em Libras.</li> </ul>	<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo dicionário deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: USP: 2012. 2v. ISBN 9788531413308 v.1.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p> <p>STREIECHEN, Eliziane Manosso. LIBRAS: aprender está em suas mãos. Curitiba – PR. Editora CRV, 2013.</p>

Tradução Português-Libras			
Objetivos	Ementa	Abordagem e didática	Bibliografia
Adquirir fluência em Língua Brasileira de Sinais em nível intermediário, traduzindo e interpretando de Português para Libras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tradução e interpretação em diferentes tipos e gêneros textuais P/L;</li> <li>• A especificidade na expressão de tempos verbais;</li> <li>• Vocabulários e expressões específicos do contexto escolar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciação e análise de vídeos em Libras;</li> <li>• Estudo e análise de textos em Libras em relação ao Português;</li> <li>• Prática de diálogos em duplas ou mais participantes;</li> <li>• Simulações de situações comunicativas em Libras.</li> </ul>	<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: USP: 2012. 2v. ISBN 9788531413308 v.1.</p> <p>HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p> <p>STREIECHEN, Eliziane Manosso. LIBRAS: aprender está em suas mãos. Curitiba – PR. Editora CRV, 2013.</p>



## **METODOLOGIA E AVALIAÇÃO**

### **24 Avaliação da aprendizagem:**

A avaliação será diagnóstica, formativa e somatória. Por tratar-se do ensino de uma língua estrangeira, há que se considerar os conhecimentos dos alunos em sua primeira língua para a construção e relações de sentido. Não é um curso de vocabulário e sim de tradução, portanto, predomina-se o uso de textos para análise e tradução de sentidos e não de palavras. Esta tradução leva em conta diferentes contextos, relações culturais e linguísticas entre as duas línguas em contato: Português e Libras.

O instrumento de avaliação é de natureza prática. O ambiente de sala de aula torna-se bilíngue, onde são provocadas reflexões sobre as relações de sentido entre as línguas em estudo.

Pelo fato do curso ter por objetivo formar profissionais aptos a atuar na tradução e interpretação de Libras em diferentes contextos, principalmente o escolar, propostas de atividades avaliadas de simulação de atuação voltadas para o grupo e para o professor serão constantes.

A observação da competência e proficiência nas atividades avaliadas de atuação são oportunidades para o professor identificar possíveis dificuldades de compreensão e ação no exercício da tradução e interpretação, traçando intervenções e mediações que possam sanar estas dificuldades.

Para a aprovação o aluno precisa ter:

- frequência mínima de 75% em cada unidade curricular;
- média igual ou superior a 6,0 (seis);
- atender aos termos do contrato didático.

Os termos do contrato didático são flexíveis e ficam disponíveis para reflexão e discussão de todo o grupo, com o objetivo de fazer do processo de ensino e aprendizagem um sistema democrático.

### **25 Metodologia:**

A contemporaneidade no ensino de línguas tem evidenciado a emergência em se pensar aquisição de primeira e segunda línguas de forma significativa e funcional. Ao ensinar língua de sinais como língua materna para pessoas surdas entende-se que esta aquisição deve ocorrer de forma natural, dialógica e comunicativa, construindo um sujeito pensante e crítico, que possa produzir sobre o conhecimento enquanto adquire sua primeira língua, tornando-se proficiente.

Para o ensino de língua de sinais como segunda língua para pessoas ouvintes, tem-se como premissa que este sujeito aprendente já traz consigo toda uma bagagem de conhecimento em sua primeira língua, a Língua Portuguesa que pode ser usada como subsídio para a aquisição e compreensão da segunda língua. Esta abordagem metodológica pode se dar na linguística contrastiva, em que o professor se vale de conhecimentos que o aluno já tem em sua primeira língua, apresentando contrastes entre a primeira e a segunda, promovendo uma melhor compreensão da construção fonética, fonológica, sintática, semântica e pragmática na língua alvo, tornando-se, pois proficiente conforme os objetivos traçados para um determinado curso ou disciplina.

Promovendo ambientes discursivos em sala de aula, o professor se vale de contextos familiares a convivência dos alunos para propor atividades dialógicas. Esta proposta alia os conhecimentos teóricos que os alunos já possuem sobre o funcionamento de sua própria língua com os conhecimentos ampliados pelo professor e os conhecimentos produzidos a partir das provocações mediadas.

## **ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO**

### **26 Instalações, ambientes físicos e equipamentos, necessários ao funcionamento do curso:**

O espaço para laboratório de tradução e interpretação é a própria sala de aula. Atualmente, a biblioteca adquiriu um acervo bastante significativo de bibliografias na área da educação de surdos e da tradução e interpretação em Libras. Além de livros, ainda constam no acervo alguns DVDs.

### **27 Corpo docente e técnico-administrativo necessário para funcionamento do curso:**

O curso será ministrado pela professora Veridiane Pinto Ribeiro. Esta professora é mestre e doutorando em Língua de Sinais e é efetiva com dedicação exclusiva nesta instituição.

## **Parte 3 (autorização da oferta)**

### **28 Justificativa para oferta neste Campus:**

Desde a década de 90, o Brasil vem defendendo a inclusão de Pessoas com Deficiência em todas as Escolas Públicas. Uma política de respeito aos direitos de todos ao acesso à educação que vem acompanhada de muitos desafios e enfrentamentos. Os esforços no sentido de suprir as adequações necessárias por conta da crescente demanda de alunos com deficiência tem levado à criação de diferentes fontes para a aquisição de materiais permanentes e de consumo, de ampliação e adequação arquitetônica, além da implantação de cursos de capacitação para formar em meio a comunidade do entorno escolar, profissionais que possam atender as necessidades educacionais e o bem estar dos alunos com deficiência.

Nossa comunidade apresenta um cenário plenamente inclusivista em escolas estaduais e municipais, porém ainda se fazem necessárias maiores oportunidades para preparar diferentes profissionais que possam atuar em diferentes áreas da educação inclusiva.

Este projeto visa contribuir neste processo oferecendo formação voltada para o atendimento às pessoas surdas. A Lei de Libras de 2002 e o Decreto 5626 de 2005 asseguram aos surdos o direito à presença de um Tradutor Intérprete de Libras como mediador entre Língua Portuguesa/Libras/Língua Portuguesa. Com base na legislação vigente a formação pode ser em nível médio ou superior.

Na região de Jaraguá do Sul não há cursos com este enfoque profissional, apenas cursos básicos que oferecem à comunidade um conhecimento superficial sobre a Libras. A graduação em Letras-Libras oferece poucas vagas na cidade de Joinville, levando em conta a grande demanda e é significativamente concorrido. Enquanto a formação de profissionais nesta área ocorre a passos lentos, os alunos surdos encontram-se nas escolas aguardando que providências sejam tomadas para que possam ter seus direitos linguísticos garantidos.

O IFSC – Campus Jaraguá do Sul, tem a possibilidade de contribuir neste momento com a oferta de um curso de nível médio que possa preparar profissionais Tradutores Intérpretes de Libras para atuar na Educação Básica ou em outros setores sociais onde as pessoas surdas possam necessitar de mediação comunicativa.

### **29 Itinerário formativo no contexto da oferta/campus:**

A instituição, comprometida com o propósito de contribuir na qualidade da Educação Básica de nossa região, oferece o curso de Licenciatura em Física, único na região. O curso compõe em sua grade curricular a disciplina de Libras que tornou-se obrigatória nos cursos de Licenciatura desde de 2005. Desta forma, o curso de Libras

Básico, Intermediário e Avançado vem somar às iniciativas que tendem a contribuir a educação de qualidade, acessível a todos..

**30 Frequência da oferta:**

Uma vez por ano.

**31. Periodicidade das aulas:**

Uma vez por semana, três horas por dia.

**32 Local das aulas:**

As aulas serão ministradas em uma de nossas salas de aula.

**33 Turno de funcionamento, turmas e número de vagas:**

Semestre letivo	Turno	Turmas	Vagas	Total de vagas
2018/ 1 e 2	noturno	1	40	40

Obs.: Para o semestre letivo 2017/1 serão ofertadas turmas nos nível Básico. A partir de 2018/1 será ofertado o curso de nível Intermediário.

**34 Público-alvo na cidade/região:**

O nosso público-alvo são servidores federais, estaduais e municipais tanto da área da educação quanto do setor administrativo, bem como pessoas da comunidade externa que tenham interesse em adquirir conhecimentos na área da tradução e interpretação da Libras ou tornar-se um profissional Tradutor-Intérprete.

**35 Pré-requisito de acesso ao curso:**

Para ingresso na turma de nível Intermediário o participante deve ter concluído o Ensino Médio, bem como comprovar um mínimo de 180 horas de curso de Libras;

**36 Forma de ingresso:**

Por sorteio

**37 Caso a opção escolhida seja análise socioeconômico, deseja acrescentar alguma questão específica ao questionário socioeconômico?**

Não.

**38 Corpo docente que atuará no curso:**

Profa. MSc. Veridiane Pinto Ribeiro



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO

---

# ANEXO 4



## **Prezados Membros do Colegiado do câmpus Jaraguá do Sul**

A equipe da Biblioteca vem, por meio desta, manifestar-se a respeito dos comentários proferidos sobre o setor na última reunião do Colegiado, de acordo com as informações registradas em Ata.

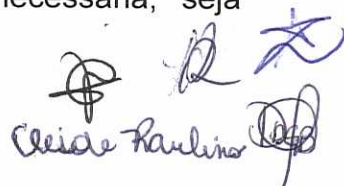
Primeiramente, em relação ao recurso financeiro solicitado pela Biblioteca para o aprimoramento de nosso espaço físico, informamos que ele foi devidamente previsto no PAT 2016. Trata-se de um valor estimado para manutenção do sistema antifurto que não precisou ser utilizado. Considerando a limitação de recursos para o PAT 2017, encaminhamos a contratação de serviços com o recurso disponível para a Biblioteca no ano corrente.

Em relação às observações sobre a equipe da Biblioteca, reiteramos nossa necessidade de contar com o atual número de servidoras por se tratar de um setor que presta atendimento ininterrupto ao público diariamente das 8 às 22 horas. No nosso entender, o quadro de referência da instituição contempla apenas o número mínimo de servidores necessários ao funcionamento dos setores. No entanto, em nosso contexto esse quadro é insuficiente para assegurar a variedade e qualidade dos serviços prestados pela Biblioteca.

Nossa equipe está constituída no intuito de ofertar serviços educativos de orientação, manejo e seleção de informações que, acreditamos, contribuem com as atividades desenvolvidas pelos professores em sala de aula. Com esse enfoque, a Biblioteca do câmpus Jaraguá do Sul vem se configurando como um espaço plural na oferta de serviços e produtos educativos, o que enriquece e amplia seu domínio tradicional de atuação.

Além de realizar as atividades cotidianas do setor, as servidoras participam de Grupos de Trabalho e Comissões no câmpus e na Reitoria, bem como atuam em fóruns e eventos culturais e científicos como organizadoras ou participantes. Com o público externo que frequenta esse espaço, realizamos um trabalho constante de acompanhamento e orientação que é, ao nosso ver, disseminador de uma boa imagem de nossa instituição.

Nesse contexto, acreditamos não ser prerrogativa dos Membros do Colegiado questionar a alocação de recursos que foram amplamente discutidos e acordados em reuniões conjuntas de planejamento. Também entendemos que o Colegiado do câmpus não é a instância apropriada para a condução de discussões sobre a lotação de servidores. Defendemos que toda movimentação de pessoal, se necessária, seja

  
Cláudia Paulino




precedida de um levantamento criterioso acerca das atividades e rotinas dos setores, tal como sugerido pelo professor Éderson. Sem esse levantamento, qualquer opinião a respeito do quantitativo ser ou não apropriado não pode ser coerentemente sustentada, uma vez que parte do desconhecimento da realidade cotidiana de atuação dos setores.

Atenciosamente,

Equipe Biblioteca

Ledir Ribeiro - ledir Ribeiro

Deise Daiana Gugler Bazanello -  -  
Clide Elis da Cruz Raulino

Layssa Tanachuck

Ana Carolina Turino da Rosa

Jaraguá do Sul, 17 de outubro de 2016.